

As. Const  
pg 2

## O início da aventura

FOLHA DE SÃO PAULO - 1 FEV 1987

Recife

O Brasil começa, hoje, a aventura de uma Assembleia Nacional Constituinte que chega fora de hora, quando toda a gente está preocupada com a ameaça de um Cruzado 2 e a opressão da dívida externa, e já não com a reordenação institucional do país. O Congresso é agora composto por deputados e senadores eleitos em decorrência de campanha para o governo dos Estados onde se discutiu quase tudo, mas quase nada se disse sobre a nova Constituição; e, nessa equação, o nível de ignorância dos eleitores em relação à posição ideológica dos eleitos é proporcional ao descompromisso destes em relação àqueles. Os partidos políticos não foram capazes de produzir projetos específicos que corporificassem um conjunto de propostas coerentes, que se prestasse a ser uma referência para a nova Constituição; ou não mostraram interesse nisso. Nem mesmo o vitorioso PMDB. O que é paradoxal. Curiosamente, apenas o Partido Comunista Brasileiro publicou seu projeto, aliás de boa qualidade: mas esse texto tem premissas incompatíveis com a realidade atual do país, especialmente em relação à propriedade privada e meios de produção. E não serve como modelo.

Nesse momento o volume de incertezas sobre questões fundamentais da Constituinte é demasiado grande. Qual será a base dos

trabalhos: o produto da Comissão Constitucional, os textos de 46 ou 67, ou não haverá roteiro previamente determinado? Qual o papel que desempenharão os diversificados "lobbys", que já há algum tempo vêm se montando em Brasília, remunerados por empresas particulares e entidades de classe, por patrões e empregados? Como será tratada a propriedade? E a reforma agrária? Qual o tamanho da intervenção do Estado na economia e na vida do cidadão? O Congresso manterá suas atribuições ou vamos passar a viver de decretos-leis? Como se repartirão as receitas e as atribuições entre os três níveis de poder? Nosso presidencialismo será mantido ou o receio de aventuras eleitorais --gaúchas-- nos levará de volta ao parlamentarismo? São talvez questões demais. Por sobre isso, o risco de um pacto de elites, e o problema, no Brasil, não está em um povo melhor que suas elites: é que o povo, enquanto povo, é melhor que sua elite, enquanto elite. E com isso, resta-nos o consolo de que tudo poderia ser pior; e a esperança --essa mercadoria tão brasileira-- de que a nova Constituição represente, afinal, um avanço efetivo; social e democrático. José Paulo Cavalcanti Filho